O dia que a Mariana não queria

Autora: Eunice Guerreiro
Ilustrador: Pedro Cifuentes
Coordenadoras científicas:
Rute Agulhas e Joana Alexandre

ORDEM DOS ADVOGADOS
CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

Autora: **Eunice Guerreiro** – Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa, desenvolve a sua atividade profissional na área do Marketing desde o ano 2000. Desenvolve diversos projetos de escrita, nomeadamente o projeto 'Era uma vez a história que sonhou' e o blogue http://fenixdeoutono.blogs.sapo.pt/
Ilustrador: **Pedro Cifuentes**
Coordenadoras científicas:
Rute Agulhas, Psicóloga Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde. Perita na área da Psicologia Forense. Terapeuta familiar. Docente no ISCTE-IUL. Investigadora no CIS-IUL.
Joana Alexandre, Psicóloga Especialista em Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações. Formação na área clínica. Professora auxiliar no ISCTE-IUL, leciona em diferentes licenciaturas e mestrados dessa instituição. Investigadora no CIS-IUL.
Rute Agulhas e Joana Alexandre têm desenvolvido projetos de investigação nas áreas da prevenção primária do abuso sexual e audição da criança.

Consultores:

Alexandra Anciães, Psicóloga Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde. Perita na Delegação Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
Alcina da Costa Ribeiro, Jurista
António José Fialho, Juiz de direito - 3.ª secção de família e menores do Barreiro
Membro da Rede Internacional de Juízes da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado
Cláudia Leirião, Psicóloga Clínica
Gonçalo Cunha Pires, Juiz de direito
Joaquim Manuel da Silva, Juiz de direito da jurisdição de família e menores de Sintra
Julieta Monginho, Procuradora da República na secção de família e menores. Escritora
Luis Silva, Vice-presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados
Rui Alves Pereira, Advogado

Patrocínio: Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados
Apoio: Centro de Estudos Judiciários (CEJ)
Depósito legal: 415088/16
ISBN: 978-989-97103-2-0
Impressão: Soartes - artes gráficas, lda.
Data de impressão: Outubro de 2016

A distribuição deste livro é da responsabilidade exclusiva do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados e não se encontra à venda.

Prefácio

Constitui um dever dos/as advogados/as e da Ordem dos Advogados, colaborar com a administração da Justiça, contribuindo para o funcionamento e aperfeiçoamento do Sistema Judicial. No cumprimento duma das suas mais relevantes incumbências estatutárias, o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados tem promovido a divulgação e a discussão de alterações legislativas, através da realização de diversas ações de formação, algumas delas em colaboração com parceiros institucionais, entre os quais cumpre destacar, pela sua inegável relevância, qualidade e proximidade, o Centro de Estudos Judiciários. Desta forma, o Conselho Regional de Lisboa tem privilegiado a discussão da aplicação do direito com os restantes profissionais do foro, sejam magistrados judiciais, magistrados do ministério público, psicólogos forenses ou assistentes sociais, por entender que o conhecimento do direito e a sua aplicação, resultam seguramente enriquecidos com a troca de experiências e conhecimentos entre as profissões do judiciário e entre estas e aquelas que nele intervêm. Porque os Tribunais decidem o futuro dos homens e das mulheres que a eles recorrem para resolver aquilo que não foram capazes por si de resolver, mas, sobretudo, porque a regulação das responsabilidades parentais decide de forma indelével o destino das crianças e dos jovens de hoje, homens e mulheres de amanhã, o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, incentivou e associou-se, desde a primeira hora, a esta criação, procurando deste modo contribuir para que a Mariana e o João possam ter, no seu primeiro contacto com o judiciário, um dia melhor!

António Jaime Martins
Presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados
Luis Silva
Vice-Presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

Ao acordar lembrou-se... lembrou-se e pensou que, se não abrisse os olhos, talvez a noite se prolongasse um pouco mais e o sol não nascesse, enroscado na preguiça dos seus lençóis dourados. Aquele dia era o dia que a Mariana não queria, o dia que infelizmente chegara. Com um nó no estômago, levantou-se,

olhou-se ao espelho do quarto e nem os recortes da sua banda preferida lá colados, nem as fotos tiradas com as amigas lhe trouxeram o habitual sorriso que devolvia a si mesma todos os dias ao acordar. Aquele dia parecia-lhe cinzento, apesar do sol que brilhava lá fora. Era o dia de ir ao tribunal. Não era o facto de entrar num tribunal que mais a assustava, mas temia que as palavras que dissesse não fossem compreendidas, que trouxessem mudanças que ela não queria, que magoassem quem ela não queria magoar.

Abriu a porta do armário e pensou: 'que roupa se veste para ir a um tribunal?' Existem roupas para a praia, para as festas de aniversário, para fazer desporto... e para os tribunais? Enfim, uns jeans, uma camisola e uns ténis. O mais simples, para que ninguém reparasse muito nela.
Secretamente tinha a esperança de que se esquecessem de a levar... quem sabe?

- Bom dia, filha. São horas de irmos tomar o pequeno-almoço! Saímos daqui a meia hora.
O pai já está lá em baixo - disse a mãe, serena, aparecendo à porta do quarto.

- Bom dia, mãe.
Vou já - respondeu a Mariana, olhando fixamente o sorriso da mãe, que sempre a deixava mais tranquila. Infelizmente, a mãe não se esquecera que aquele dia era O DIA.

Já no carro, ainda com o estômago às voltas depois da meia torrada que conseguiu engolir, com muita insistência da mãe, Mariana olhava a paisagem que ia ficando para trás à medida que o carro avançava. As árvores passavam rapidamente, os telhados das casas pareciam dançar e as pessoas circulavam agitadas nas suas rotinas. 'Tudo o que eu queria era ir para a escola e pronto...', pensava a Mariana, cada vez mais nervosa.

O pai olhou-a pelo espelho retrovisor e apercebeu-se do nervosismo da filha, do rosto tenso, dos olhos lacrimejantes. Decidiu parar o carro.

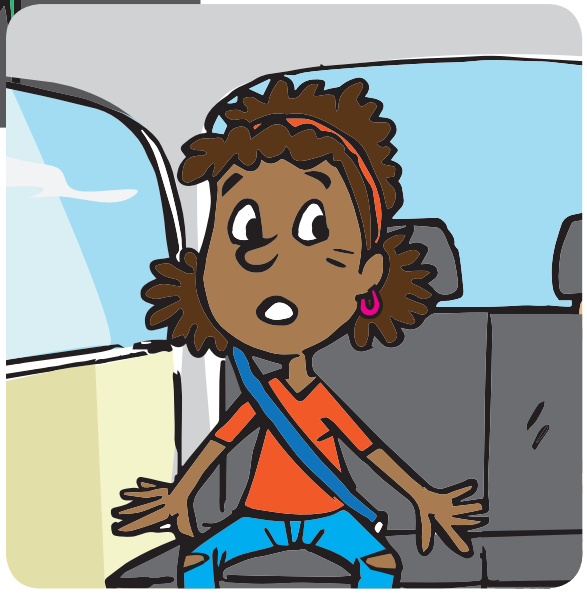
- Meu amor... porque estás assim? - perguntou virando-se para trás e olhando a menina nos olhos.

A Mariana não conteve as lágrimas e começou a soluçar.
- Não quero ir! Vá lá, deixem-me não ir!
- pediu a menina em desespero.

- Mariana, não precisas estar nervosa ou amedrontada. O tribunal é apenas um sítio...
- começou a mãe a explicar.
- Já sei, onde se levam as pessoas presas e onde se decide a vida das pessoas! Eu sei
- interrompeu a Mariana a gritar - e não quero ir!!!
- O tribunal é isso tudo que tu disseste e muito mais... - disse a mãe, calmamente - é acima de tudo um local onde se ouvem as pessoas, que devem falar a verdade. Querem que vás porque aquilo que tu pensas e viveste é importante, porque tens o direito de falar antes que alguma decisão seja tomada. Não te parece tão bom que o juiz queira ouvir-te antes de decidir seja o que for? Significa que o que tu pensas e dizes tem valor!

– O juiz? São aqueles senhores de peruca branca e bata preta? – perguntou a Mariana enquanto limpava as lágrimas.
– Filha, na vida real as coisas nem sempre são como aparecem nos filmes – respondeu afavelmente o pai – cá os juízes não usam peruca e o nome da roupa preta é beca. Mas são pessoas como eu e tu e muitas vezes nem levam a beca quando vão ouvir as crianças. São pessoas que têm uma profissão muito importante, tomam decisões, às vezes difíceis, mas para que se faça justiça, percebes filha?

A Mariana descontraiu-se um pouco. Sentia que afinal talvez aquele dia não fosse o pior dia da sua vida. Com a voz menos trémula, continuou a fazer perguntas.
– Vocês entram comigo?

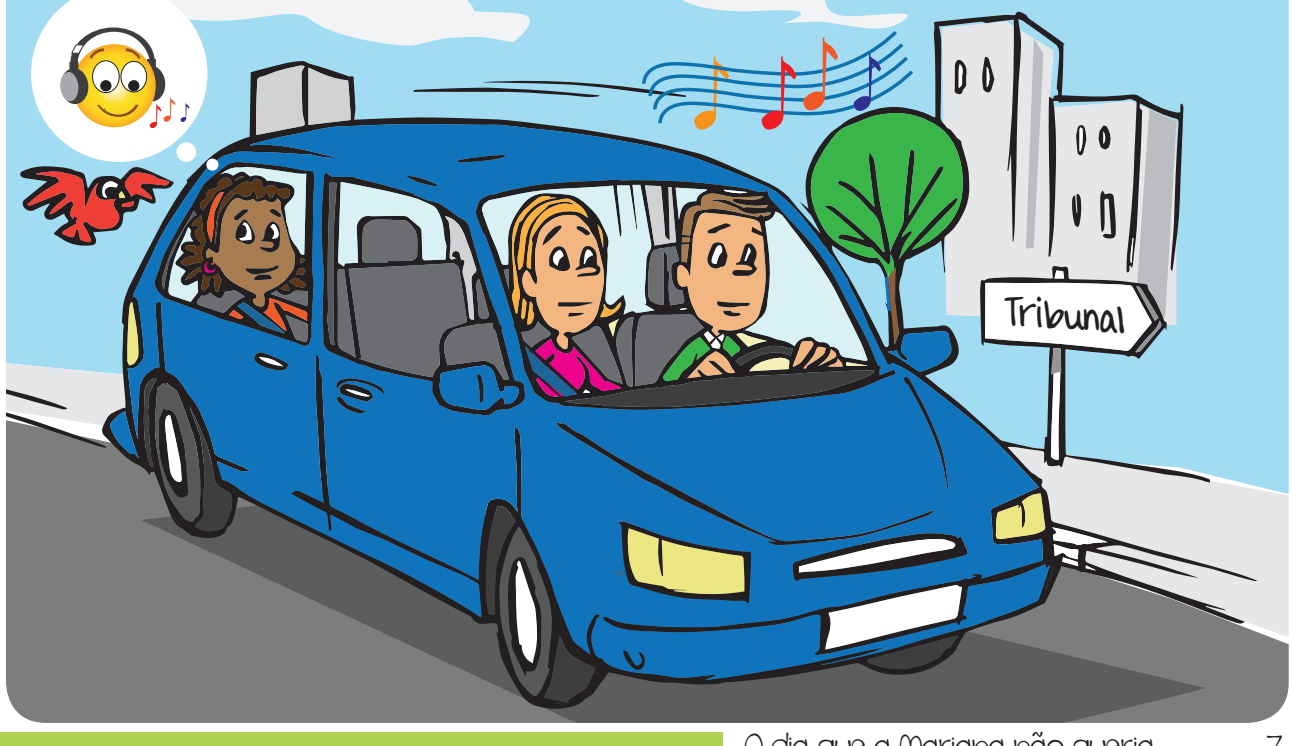


A mãe hesitou e depois respondeu firmemente:
– Não podemos e nem seria bom para ti. As pessoas que ali vão estar são as pessoas certas para te ouvirem e para te perguntarem o que precisam saber. Também não estamos contigo quando fazes testes na escola, pois não? E nem precisas que estejamos lá! A diferença é pouca: na escola respondes a perguntas sobre a matéria, no tribunal vais responder a perguntas sobre o que se passou e o que tu pensas. Só isso. E com uma enorme vantagem: aqui não tens que estudar!
– gracejou a mãe, fazendo-lhe uma festinha no suave cabelo castanho.

– Mas na escola, se não sei não respondo... aqui...
– hesitou a Mariana, baixando o olhar para os seus jeans rasgados nos joelhos.

– Aqui é igual! Se não souberes ou não te lembrares de alguma coisa, não faz mal. Não existem respostas certas nem erradas, apenas é importante que sejas sincera e verdadeira, como costumas ser sempre. Só assim se pode tomar a melhor decisão, não é filhota? – tranquilizou-a o pai, ligando o rádio – Vá, temos que ir, deve haver trânsito.

– A Mariana permaneceu em silêncio, mas agora as borboletas que antes tinha no estômago, estavam mais calmas, talvez poisadas nalguma flor... Ouvia a música no rádio e, olhando lá para fora, viu um passarinho que esvoaçava ao seu lado e parecia dizer 'Vai correr tudo bem'.



Ao chegar ao tribunal, a Mariana viu o psicólogo com quem já tinha falado algumas vezes.
- Olá Mariana - disse o psicólogo, enquanto a convidava a sentar-se um pouco.
- Olá André - cumprimentou a Mariana, contente por ver uma cara conhecida.

- Olha, chamam-nos daqui a uns vinte minutos. Como já te expliquei antes, vamos conversar um pouco com o juiz. Às vezes na sala estão também os advogados, mas hoje estaremos nós os dois, o oficial de justiça, a procuradora e o juiz, claro. Seremos cinco pessoas lá dentro.
- Ok... - respondeu a Mariana, apertando a mão da mãe.

Ao ver passar algumas pessoas com capas pretas, a Mariana perguntou:
- São juízes?
- Não, estes senhores são advogados - explicou o psicólogo - e usam estas capas que se chamam togas quando vêm ao tribunal. É como se fossem os uniformes, tal como há também noutras profissões... bombeiros, polícias, médicos...

A Mariana começava a perceber que ir ao tribunal não é afinal um bicho-de-sete-cabeças e quase, quase, quase que se sentia orgulhosa e importante. Afinal, as suas palavras tinham importância e só teria que ser sincera como os pais lhe recomendaram. E isso era muito fácil para ela... todos lhe diziam que era muito frontal!
Antes de entrar na sala de audiências, a mãe sussurrou-lhe exatamente as mesmas palavras:
'Vai correr tudo bem'.

A Mariana entrou numa sala com cadeiras, mesas e uma mesa mais alta, onde estava um senhor, moreno e de olhos escuros.

– Olá Mariana. Como estás? Podes sentar-te nessa cadeira? – disse o juiz tranquilamente – Vou apresentar-te estas pessoas que estão aqui connosco. Esta senhora ao meu lado é procuradora e está aqui para tentar perceber, como eu, o que se passou. Esta senhora aqui com o computador é oficial de justiça e está a tratar da gravação do que nós dizemos, para que mais tarde ninguém se esqueça do que foi dito – continuou o juiz.

Leu depois algumas coisas que a Mariana não percebeu bem, deu algumas instruções à oficial de justiça e depois começou a falar com ela.

A voz do juiz era firme mas meiga e as perguntas que foram surgindo pareciam uma conversa. Em todos os momentos, a Mariana apenas se lembrava que a sua audição era muito importante e que a verdade tinha que ser contada.

Mas houve uma pergunta... uma pergunta que trouxe à Mariana várias emoções.
A tristeza, a culpa, a dor, a vergonha espreitaram e decidiram chegar, sem sequer perguntarem se podiam. 'Logo agora que tenho que falar...' pensou a Mariana, aflita, porque estas emoções tiravam-lhe a voz.
- Não me lembro...
- balbuciou a Mariana, baixando o olhar.

Foi quando o juiz lhe disse gentilmente:
- Não faz mal... sabes, Mariana, às vezes também há coisas das quais me esqueço ou para as quais preciso de algum tempo para pensar... vamos esperar um bocadinho para que arrumes as tuas ideias, como se estivesses a organizar os teus livros numa estante...

A Mariana sentiu-se mais tranquila por perceber que podiam esperar até que o reboliço na sua cabeça se acalmasse e ela conseguisse responder. Acabou por responder, pois ali era importante lembrar até aqueles momentos nos quais não gostava de pensar.

E o dia afinal terminou. O dia que a Mariana queria apagar do calendário foi um dia solarengo e nesse dia a Mariana contribuiu para a decisão que o tribunal iria tomar.

O que contou a Mariana? Não sabemos. Aquilo que as crianças dizem no tribunal não tem que ser contado a toda a gente. A Mariana contará se quiser, a quem quiser e quando quiser.

O que achas que pode ter contado a Mariana?

Queres desenhar como é que a Mariana se sentiu depois de ser ouvida pelo juiz?

Queres desenhar como te sentes depois de leres esta história?

Conheces os direitos das crianças?
http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111
http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/ratificacao-da-convencao

GLOSSÁRIO

Advogado

É um profissional que defende os seus clientes e também pode fazer perguntas às várias pessoas no decorrer do processo. A criança também pode ter um advogado, cuja função é defender os seus direitos e interesses.

Audição da criança

A audição da criança é um processo que ocorre em tribunal, numa sala própria para o efeito, e no qual um ou mais profissionais (por exemplo, o juiz, o procurador, o advogado, o psicólogo) fazem algumas perguntas à criança e a ouvem, procurando saber o que aconteceu consigo, ou do que teve conhecimento de que aconteceu com alguém, e como se sente em relação a isso. A audição acontece porque a criança tem o direito a ser ouvida sobre os assuntos que lhe dizem respeito.

Beca

Roupa que o juiz e o procurador usam quando estão a trabalhar.

Direitos da criança

Todas as crianças têm direitos que foram pensados por adultos já há muitos anos. Estão escritos num documento que se chama "Convenção dos Direitos da Criança" e os países que concordaram com este documento têm a obrigação de respeitar esses direitos. Portugal é um desses países, desde 1989. Alguns direitos são, por exemplo, o direito à proteção contra qualquer forma de maus-tratos, direito ao amor, alimentação, segurança, educação, participação, igualdade ou lazer.

Juiz

É o profissional que, depois de ouvir todas as pessoas envolvidas num processo, toma uma decisão final.

Oficial de justiça

É um profissional que trabalha no tribunal e que é responsável por chamar as diversas pessoas para a sala, pela colocação dos microfones, gravação áudio ou vídeo das audições, e também por escrever aquilo que é dito por todos.

Procurador

É o profissional que defende os direitos e interesses da criança e que, por isso, no processo de audição, também pode fazer-lhe perguntas.

Toga

Roupa que o advogado usa quando está a trabalhar.

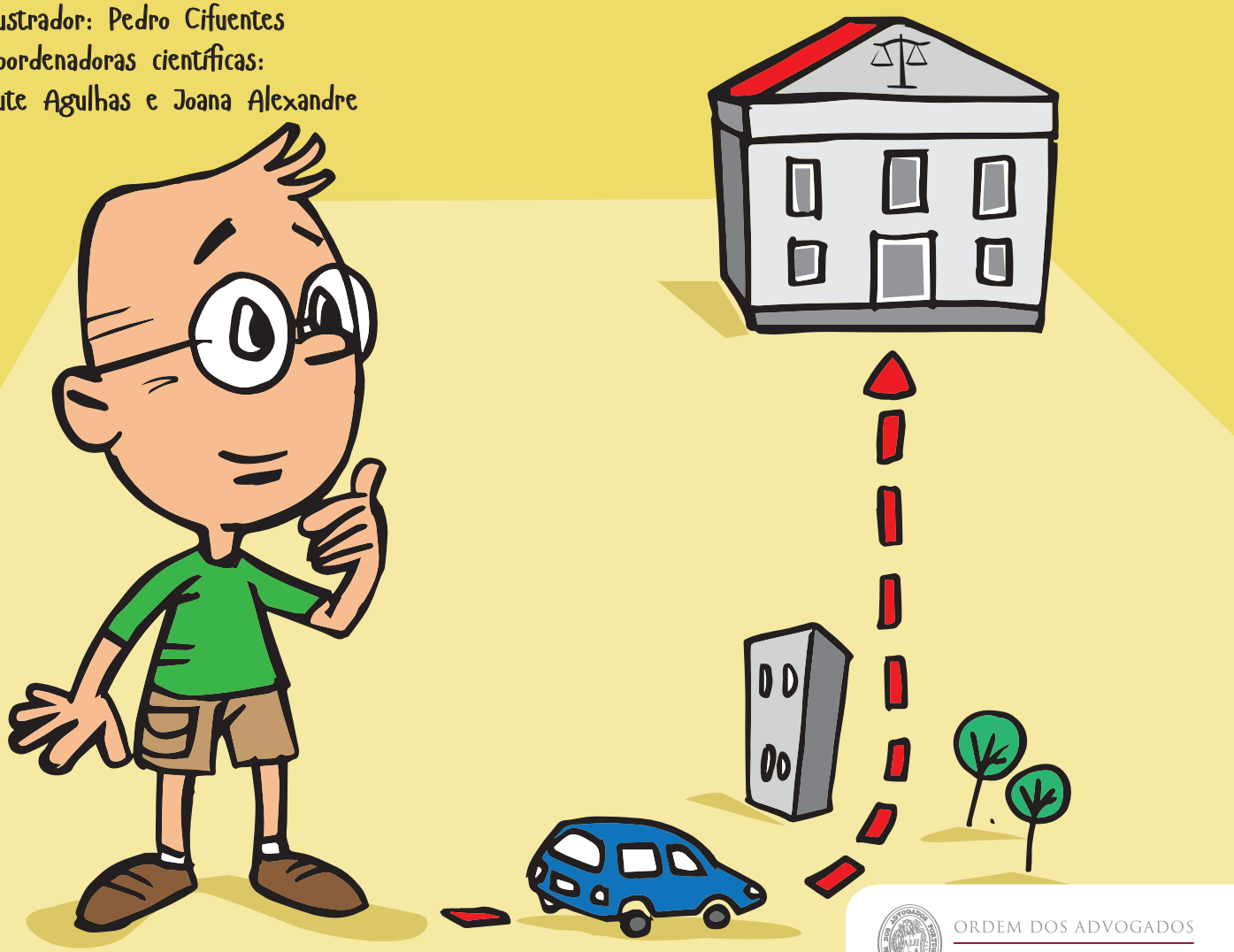
Tribunal

Um local público onde as pessoas procuram resolver os seus problemas, com a ajuda do juiz, do procurador e dos advogados. Quando alguém é acusado de ter feito algo (por exemplo, se é acusado de ter cometido um crime) também tem o direito a ser ouvido e a ser julgado com imparcialidade. Se forem reunidas provas de que cometeu esse crime, então é considerado culpado. Por isso é tão importante que as pessoas contem a verdade e tudo o que sabem em tribunal.

Usa esta folha para desenhar!

O João vai ao Tribunal

Autora: Eunice Guerreiro
Ilustrador: Pedro Cifuentes
Coordenadoras científicas:
Rute Agulhas e Joana Alexandre



ORDEM DOS ADVOGADOS
CONSELHO REGIONAL DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

Autora: **Eunice Guerreiro** – Licenciada em Comunicação Social pelo ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa, desenvolve a sua atividade profissional na área do Marketing desde o ano 2000. Desenvolve diversos projetos de escrita, nomeadamente o projeto 'Era uma vez a história que sonhou' e o blogue http://fenixdeoutono.blogs.sapo.pt/
Ilustrador: **Pedro Cifuentes**
Coordenadoras científicas:
Rute Agulhas, Psicóloga Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde. Perita na área da Psicologia Forense. Terapeuta familiar. Docente no ISCTE-IUL. Investigadora no CIS-IUL.
Joana Alexandre, Psicóloga Especialista em Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações. Formação na área clínica. Professora auxiliar no ISCTE-IUL, leciona em diferentes licenciaturas e mestrados dessa instituição. Investigadora no CIS-IUL.
Rute Agulhas e Joana Alexandre têm desenvolvido projetos de investigação nas áreas da prevenção primária do abuso sexual e audição da criança.

Consultores:

Alexandra Anciães, Psicóloga Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde. Perita na Delegação Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
Alcina da Costa Ribeiro, Jurista
António José Fialho, Juiz de direito - 3.ª secção de família e menores do Barreiro
Membro da Rede Internacional de Juízes da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado
Cláudia Leirião, Psicóloga Clínica
Gonçalo Cunha Pires, Juiz de direito
Joaquim Manuel da Silva, Juiz de direito da jurisdição de família e menores de Sintra
Julieta Monginho, Procuradora da República na secção de família e menores. Escritora
Luis Silva, Vice-presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados
Rui Alves Pereira, Advogado

Patrocínio: Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados
Apoio: Centro de Estudos Judiciários (CEJ)
Depósito legal: 415088/16
ISBN: 978-989-97103-2-0
Impressão: Soartes - artes gráficas, lda.
Data de impressão: Outubro de 2016

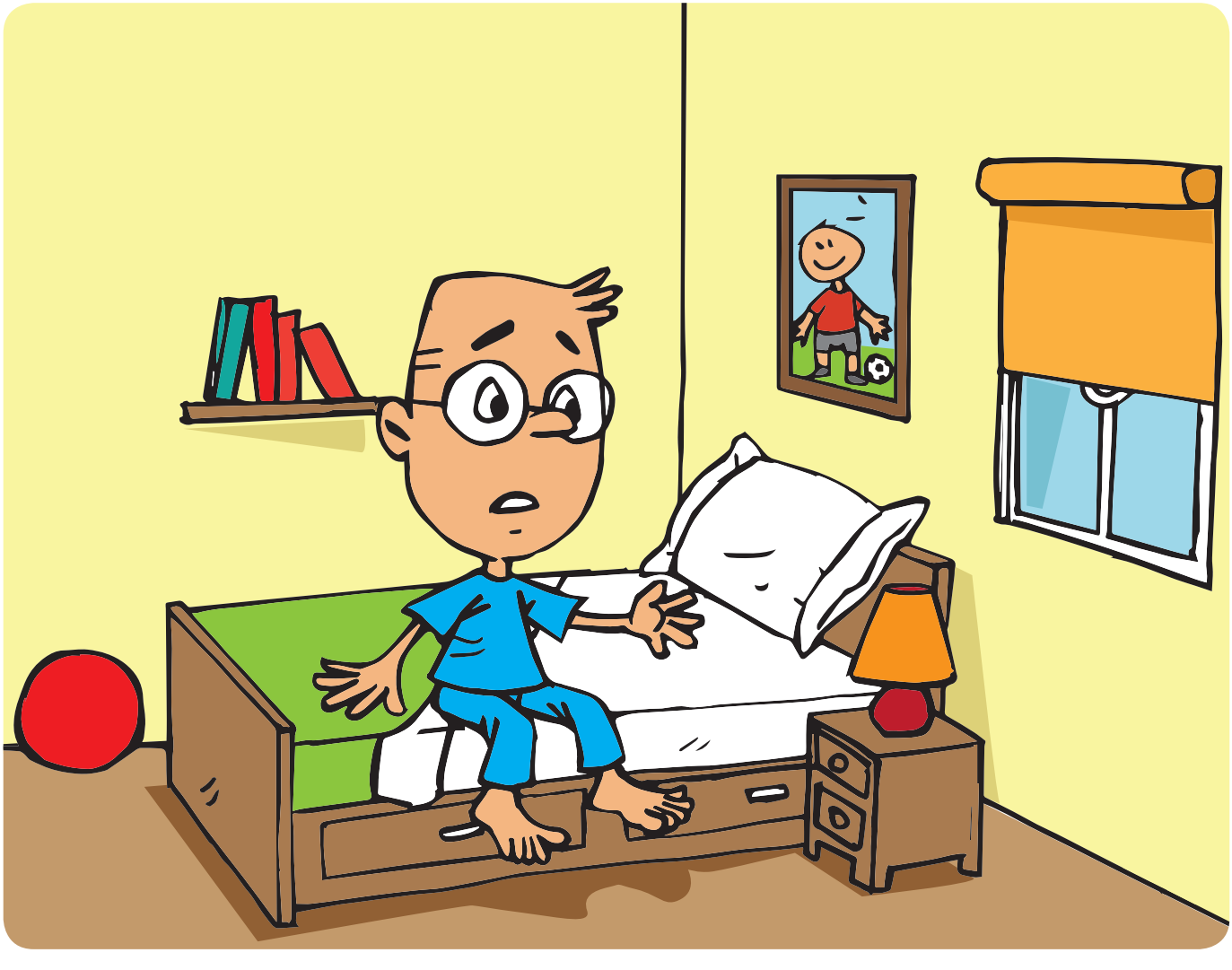
A distribuição deste livro é da responsabilidade exclusiva do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados e não se encontra à venda.

Prefácio

Constitui um dever dos/as advogados/as e da Ordem dos Advogados, colaborar com a administração da Justiça, contribuindo para o funcionamento e aperfeiçoamento do Sistema Judicial. No cumprimento duma das suas mais relevantes incumbências estatutárias, o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados tem promovido a divulgação e a discussão de alterações legislativas, através da realização de diversas ações de formação, algumas delas em colaboração com parceiros institucionais, entre os quais cumpre destacar, pela sua inegável relevância, qualidade e proximidade, o Centro de Estudos Judiciários. Desta forma, o Conselho Regional de Lisboa tem privilegiado a discussão da aplicação do direito com os restantes profissionais do foro, sejam magistrados judiciais, magistrados do ministério público, psicólogos forenses ou assistentes sociais, por entender que o conhecimento do direito e a sua aplicação, resultam seguramente enriquecidos com a troca de experiências e conhecimentos entre as profissões do judiciário e entre estas e aquelas que nele intervêm. Porque os Tribunais decidem o futuro dos homens e das mulheres que a eles recorrem para resolver aquilo que não foram capazes por si de resolver, mas, sobretudo, porque a regulação das responsabilidades parentais decide de forma indelével o destino das crianças e dos jovens de hoje, homens e mulheres de amanhã, o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, incentivou e associou-se, desde a primeira hora, a esta criação, procurando deste modo contribuir para que a Mariana e o João possam ter, no seu primeiro contacto com o judiciário, um dia melhor!

António Jaime Martins
Presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados
Luis Silva
Vice-Presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

O João vai hoje ao tribunal. Acordou nervoso porque é a primeira vez que vai a um tribunal; conhece a escola, o quartel dos bombeiros, o hospital e o centro de saúde e sabe o que fazem as pessoas que trabalham nesses sítios, mas sobre o tribunal tem alguns medos e algumas dúvidas.

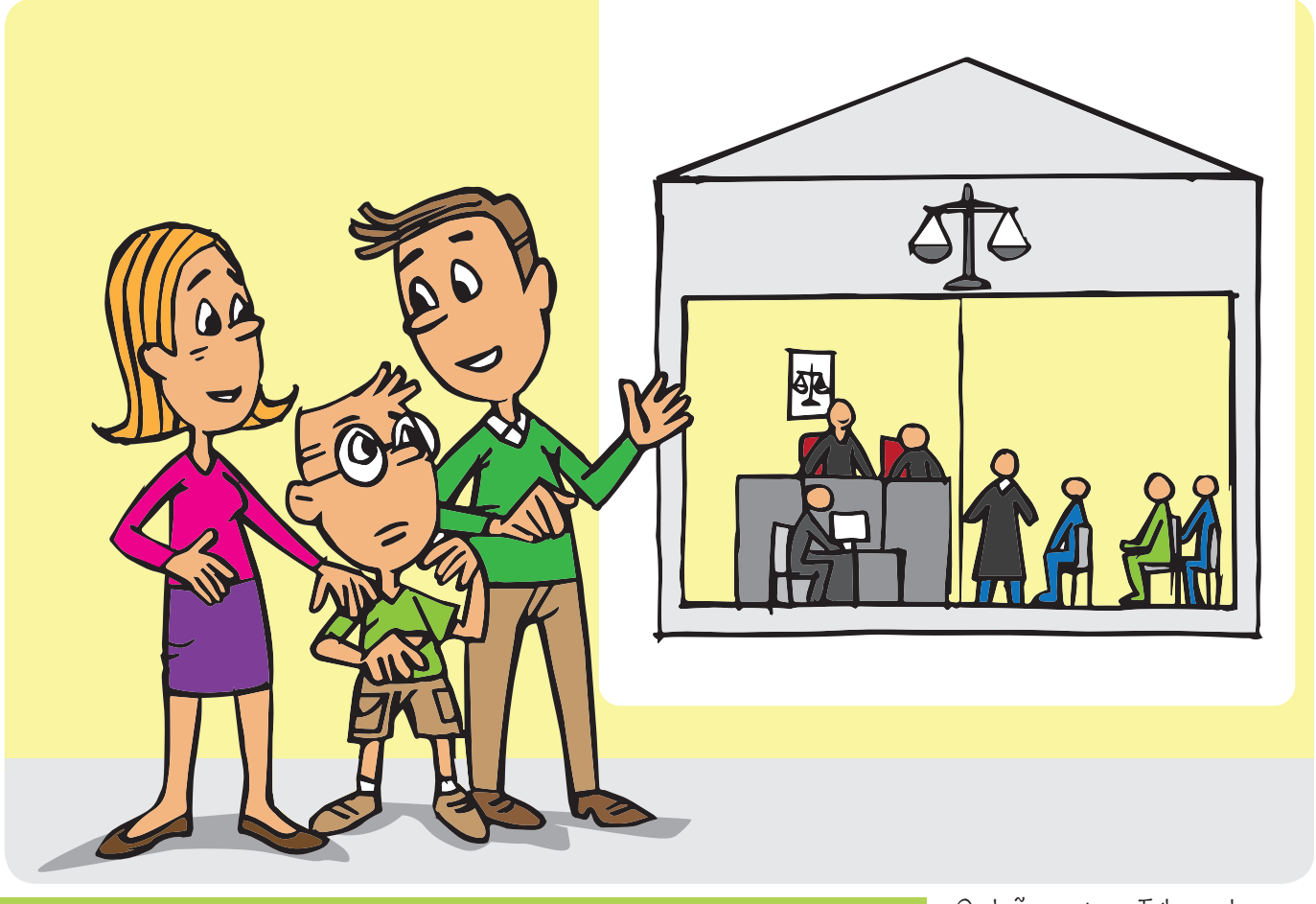


E tu, como te sentes?
Queres desenhar como te sentes por ires ao tribunal?

A mãe e o pai do João explicaram-lhe como ia ser este dia para que se sentisse mais tranquilo.

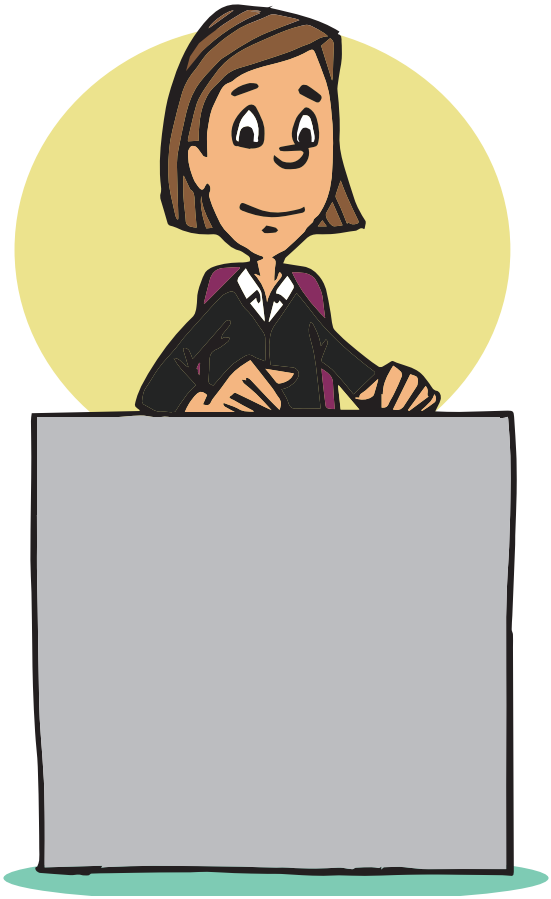
O que explicaram os pais do João?

Explicaram que o tribunal é um edifício com várias salas onde trabalham muitas pessoas que fazem coisas diferentes, e que todas elas ajudam para que sejam tomadas decisões justas e adequadas a cada caso. E tu, sabes o que significa a palavra justiça? Queres explicar o que é para ti a justiça?



As pessoas vão ao tribunal para poderem ser ouvidas, para contarem o que sabem sobre algumas situações, em que estiveram envolvidas ou das quais tiveram conhecimento. Disseram ao João que na sala onde ele vai ser ouvido podem estar várias pessoas:

- Um senhor ou senhora que precisa ouvir o João e outras pessoas que tenham informações importantes sobre o caso para perceber como tudo se passou... no fim vai organizar o que ouviu e construir uma espécie de puzzle: é o procurador.



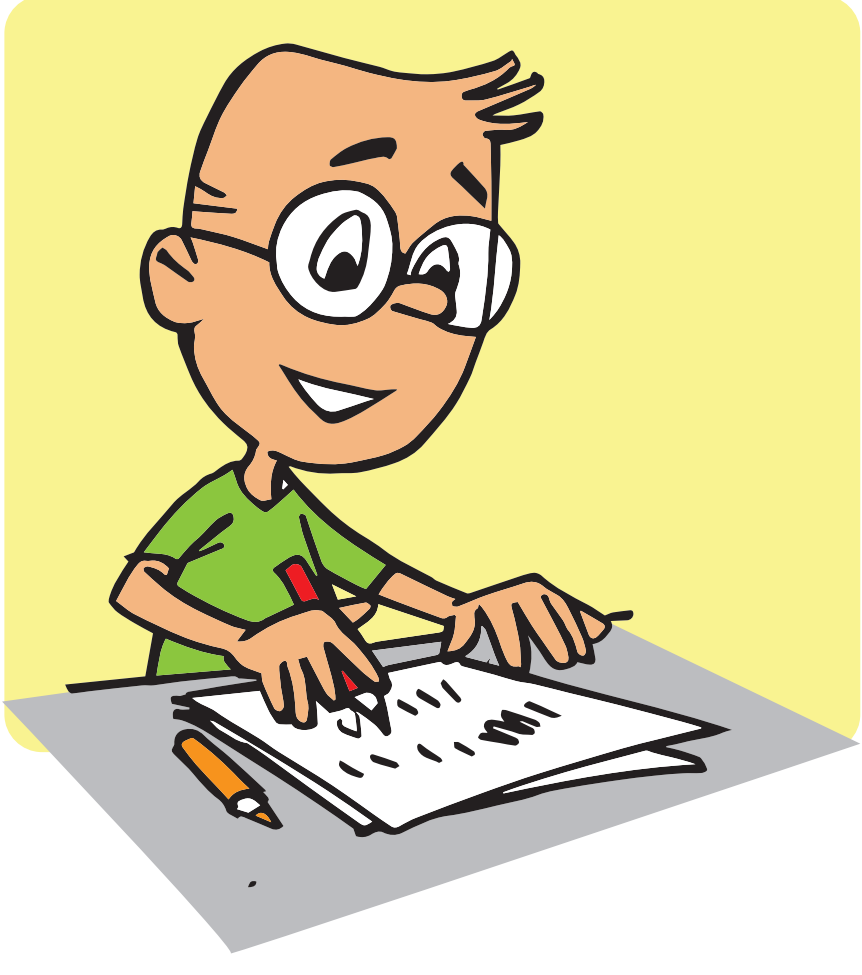
• O juiz ou juíza, que faz perguntas e também quer encontrar a solução. Só depois de o puzzle estar completo e o juiz perceber tudo muito bem, poderá tomar uma decisão justa e adequada à situação, que defenda os direitos e interesses da criança. O juiz e o procurador podem estar a usar, ou não, a sua beca (é como uma capa preta, que é o uniforme que se usa nesta profissão). Lembras-te de outras profissões em que se usam uniformes?

Escreve-as ou desenha-as.

• Os técnicos, que podem ser psicólogos ou assistentes sociais, e que estão no tribunal para falarem sobre as crianças que têm vindo a acompanhar. O que os técnicos dizem são peças muito importantes do puzzle! Os técnicos também ajudam as crianças a ficarem mais tranquilas, explicam-lhes tudo o que vai acontecer e estão ali ao seu lado. Podes pedir-lhe alguma coisa se precisares! Escreve ou desenha o que gostarias de pedir ao técnico!

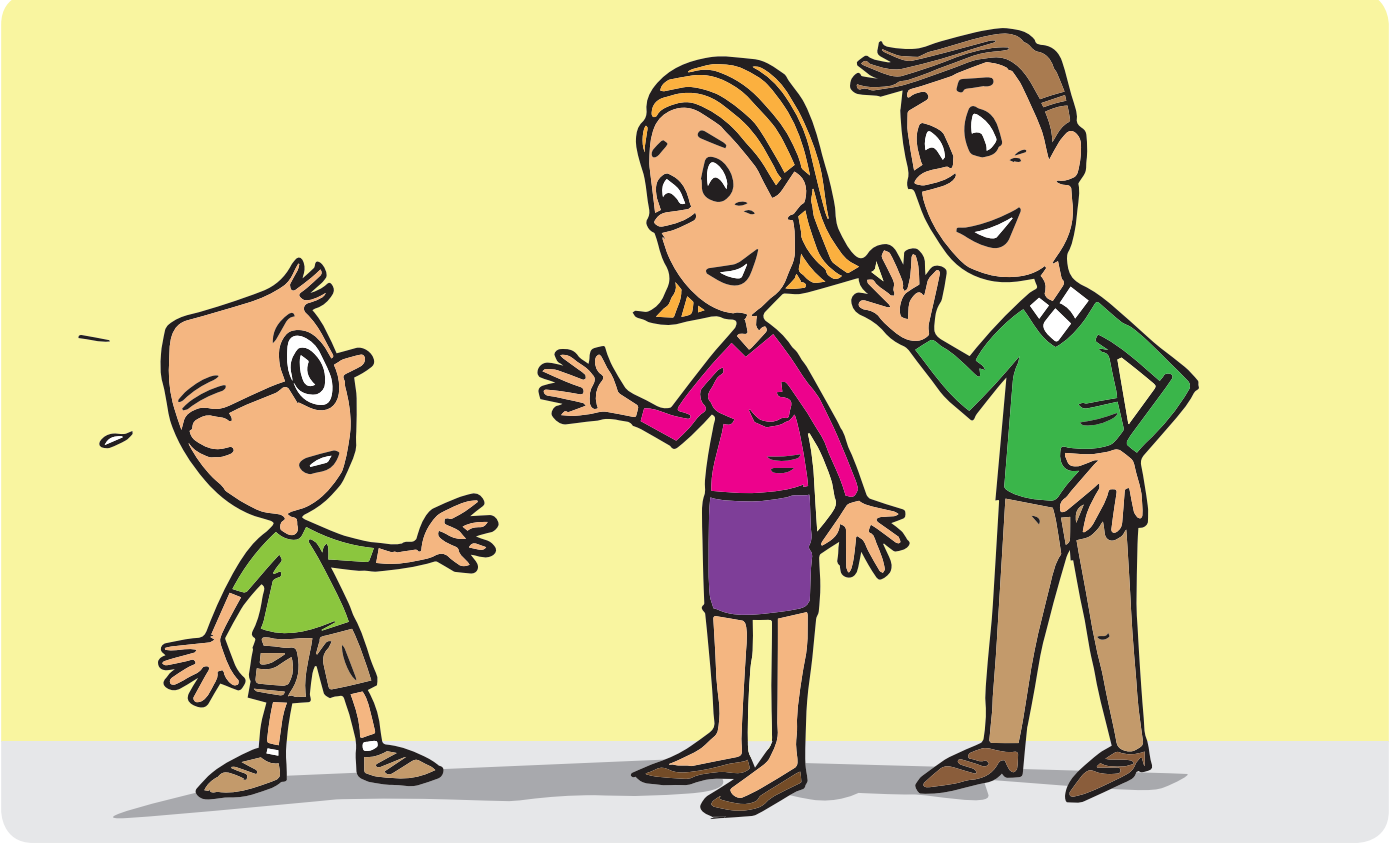
• Os advogados, que fazem perguntas e defendem as pessoas. Muitas vezes usam uma toga, que é o seu uniforme. Sabes que também podes ter um advogado para te acompanhar?

O tribunal procura defender os interesses e direitos das crianças. As crianças têm o direito a serem bem tratadas e protegidas e por isso o João não tem que responder à pressa, deve pensar com calma e sempre que tiver dúvidas e não perceber a pergunta deve dizer. Se precisar, pode fazer um desenho que o ajude a contar o que se passou. Sim, na sala onde vai ser ouvido, o João pode ter folhas e lápis de cor para fazer um desenho. O que achas desta ideia?



Algumas perguntas serão muito simples, outras poderão lembrar ao João alguns momentos ou acontecimentos que ele preferia esquecer. Mas é importante que o juiz saiba como tudo se passou, para que a verdade o ajude a tomar a melhor decisão. O João percebeu que afinal é uma pessoa tão importante como um adulto!

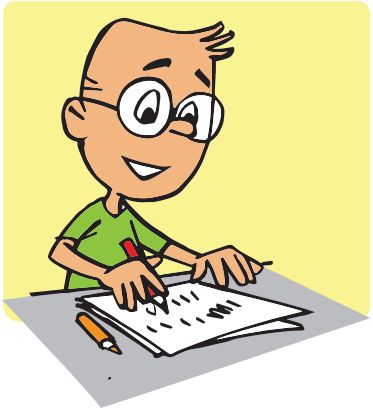
No final daquela conversa com os pais, o João sentiu-se mais sereno, mas tinha ainda uma pergunta para fazer:
- E se eu precisar ir à casa de banho?...



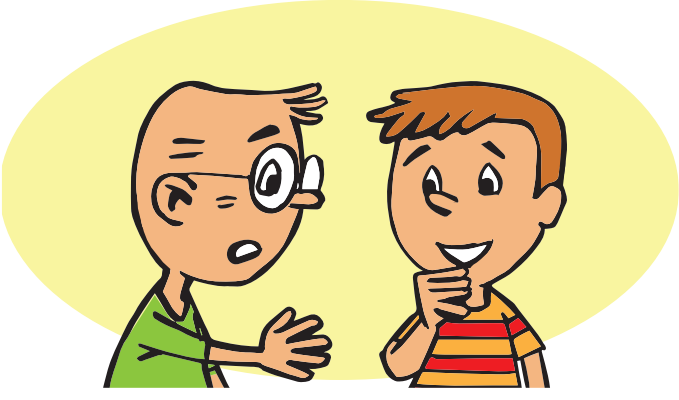
Os pais sorriram e responderam:
- Pedes para ir à casa de banho e depois a audição continua, sem nenhum problema.
O João sabe agora que as pessoas que trabalham num tribunal são como os bombeiros, os médicos ou os enfermeiros: todas querem que ele seja feliz e que nenhum mal lhe aconteça. O João percebeu que, contando o que sabe e dizendo o que pensa, pode ser um grande ajudante do juiz. De início pode assustar um pouco, mas afinal ir ao tribunal não é assim tão difícil!

Que palavras novas achas que aprendeste? Que dúvidas tens ainda?

Queres desenhar como te sentes agora que já sabes como é ir ao tribunal?



Se pudesses ajudar outros meninos que também vão ao tribunal e se sentem nervosos, o que lhes dirias?



Vai à internet e conhece os direitos das crianças
http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111
http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/ratificacao-da-convencao

GLOSSÁRIO

Advogado

É um profissional que defende os seus clientes e também pode fazer perguntas às várias pessoas no decorrer do processo. A criança também pode ter um advogado, cuja função é defender os seus direitos e interesses.

Audição da criança

A audição da criança é um processo que ocorre em tribunal, numa sala própria para o efeito, e no qual um ou mais profissionais (por exemplo, o juiz, o procurador, o advogado, o psicólogo) fazem algumas perguntas à criança e a ouvem, procurando saber o que aconteceu consigo, ou do que teve conhecimento de que aconteceu com alguém, e como se sente em relação a isso. A audição acontece porque a criança tem o direito a ser ouvida sobre os assuntos que lhe dizem respeito.

Beca

Roupa que o juiz e o procurador usam quando estão a trabalhar.

Direitos da criança

Todas as crianças têm direitos que foram pensados por adultos já há muitos anos. Estão escritos num documento que se chama "Convenção dos Direitos da Criança" e os países que concordaram com este documento têm a obrigação de respeitar esses direitos. Portugal é um desses países, desde 1989. Alguns direitos são, por exemplo, o direito à proteção contra qualquer forma de maus-tratos, direito ao amor, alimentação, segurança, educação, participação, igualdade ou lazer.

Juiz

É o profissional que, depois de ouvir todas as pessoas envolvidas num processo, toma uma decisão final.

Oficial de justiça

É um profissional que trabalha no tribunal e que é responsável por chamar as diversas pessoas para a sala, pela colocação dos microfones, gravação áudio ou vídeo das audições, e também por escrever aquilo que é dito por todos.

Procurador

É o profissional que defende os direitos e interesses da criança e que, por isso, no processo de audição, também pode fazer-lhe perguntas.

Toga

Roupa que o advogado usa quando está a trabalhar.

Tribunal

Um local público onde as pessoas procuram resolver os seus problemas, com a ajuda do juiz, do procurador e dos advogados. Quando alguém é acusado de ter feito algo (por exemplo, se é acusado de ter cometido um crime) também tem o direito a ser ouvido e a ser julgado com imparcialidade. Se forem reunidas provas de que cometeu esse crime, então é considerado culpado. Por isso é tão importante que as pessoas contem a verdade e tudo o que sabem em tribunal.

Usa esta folha para desenhar!